

## RESENHA

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. Pp. 174. ISBN 978-85-7244-794-2.

*Fábio Duarte Joly*<sup>1</sup>

Apesar do título, a última obra de Norberto Guarinello, professor de História Antiga na Universidade de São Paulo, não é um livro convencional. Em primeiro lugar, porque seu objetivo principal é desconstruir o sentido mais corrente e cristalizado de História Antiga como parte de uma História Universal, ponto de partida da “civilização ocidental”. Em segundo lugar, pelo fato de propor um ensaio original de interpretação dessa história a partir da análise dos processos de integração no Mediterrâneo entre os séculos X a.C. e V d.C.

O primeiro objetivo, de caráter mais teórico e historiográfico, é apresentado na introdução do livro, sobre História Antiga e memória social, e desenvolvido com mais vagar nos dois capítulos seguintes: “A história da História Antiga” e “A História Antiga contemporânea”. A base da exposição reside na apresentação da História como uma forma de memória social, fundamental para a criação de uma identidade coletiva. Para o autor, a história dita científica coloca-se como uma fonte peculiar e importante na produção dessa memória e identidade. Sua legitimidade perante a sociedade advém do fato de que é, em grande parte, produzida por um sistema de ensino e pesquisa financiado pelo Estado. Uma característica dessa história está em seu método, pautado pelo uso de teorias e modelos para organizar e conferir sentido aos vestígios do passado. Esses instrumentos podem ser criticados e refutados, conferindo à escrita da história uma dinâmica e, sobretudo, uma ligação indissociável com as demandas do presente. Daí a posição expressa pelo autor de que, diante do aprofundamento do processo de globalização pelo qual passa nosso mundo contemporâneo, a própria História Antiga deve ser repensada, e não apenas pela formulação de novas teorias e modelos, mas pela crítica de sua forma tradicional, marcada por uma perspectiva eurocêntrica e permeada pelas

---

<sup>1</sup> Professor de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto.

ideias de progresso, nação e civilização. Em suma, se essa forma interessava aos intelectuais europeus que a produziram no século XIX, não significa que devemos replicá-la hoje, irrefletidamente.

Para que compreendamos esse processo, o autor apresenta um painel do desenvolvimento da História Antiga desde o Renascimento até o século XX. Embora essa parte se centre mais numa discussão historiográfica, o autor já introduz nela um conceito que depois norteará seu tratamento do Mediterrâneo antigo: o conceito de “trabalho morto”. Após a dissolução do Império Romano no Ocidente, o passado da Antiguidade não se extinguiu ou foi anulado, mas perdurou como trabalho morto, ou seja, como uma série de conhecimentos acumulados que nunca se dissolveram: na arte de forjar o ferro, na agricultura, na arquitetura, nos objetos artesanais da vida cotidiana, nos costumes. E isso, não apenas no que viria a ser a Europa ocidental, mas por todo o espaço que fora ocupado pelo antigo Império Romano: tanto nas terras do Islã, quanto naquelas do Império de Bizâncio (p. 18).

Os próprios textos escritos da Antiguidade, preservados em códices, são exemplos desse trabalho morto que permitiram o que o autor denomina de “criação do antigo” no Renascimento, momento que antecedeu a produção de uma História Antiga, que começa a se firmar como História científica a partir do final do século XVIII.

É no século XIX que a História Antiga ganha contornos mais claros, espelhando o contexto político da época. Torna-se parte de uma História das nações europeias, com início na “nação grega”, e avança a noção de uma superioridade do Ocidente, expressão e justificativa do imperialismo. Mas também nessa época desenvolvem-se conceitos importantes para o estudo das sociedades antigas, como aquele de “cidade antiga”, particularmente presente nas reflexões de Fustel de Coulanges, Marx e Weber.

Ao analisar a historiografia produzida ao longo do século XX, o autor busca relacionar as mudanças na compreensão do mundo antigo a partir das transformações atravessadas pelo mundo contemporâneo, notadamente as duas grandes guerras mundiais, a Revolução Russa, a revolução dos costumes nos

anos de 1960 e 1970, o fim do comunismo e os processos de globalização. Dentro desses marcos expõe as controvérsias acerca da economia antiga, destacando o papel dos embates entre modernistas (na figura do historiador russo Michael Rostovtzeff) e primitivistas (capitaneados pela obra de Moses Finley), e também as contribuições da historiografia marxista. No campo dos estudos culturais, menciona a escola de Paris e o impacto da *viragem cultural* sobre a historiografia produzida a partir da década de 1980, que acabou por colocar em segundo plano o campo da economia e sociedade, priorizando a questão das identidades.

Essa culturalização da História Antiga, por outro lado, propiciou uma maior abertura da disciplina, integrando os estudos judaicos e do cristianismo e também permitindo a consolidação de conceitos como “Antiguidade Tardia”, alargando os limites cronológicos dessa disciplina. Enfim, assistimos a um momento em que estão em xeque as unidades históricas tradicionais que giravam em torno da ideia oitocentista de Estado-nação, pondo o desafio de se elaborar narrativas que deem conta, de uma maneira integrada, da diversidade cultural, política e econômica do mundo antigo.

Esta é a razão que leva o autor a investir no âmbito dos “estudos mediterrânicos”, proposta que teve impulso com a publicação de *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History* (2000), de Peregrine Horden e Nicholas Purcell. Porém, ao contrário da perspectiva desses autores, que tendem a não fazer de fato uma História *no* Mediterrâneo, ao enfatizarem uma ecologia histórica, Guarinello aposta na ideia de que o Mediterrâneo foi palco de uma progressiva integração histórica que articulou as comunidades produzindo sistemas sociais cada vez mais complexos, justamente por conta do trabalho morto acumulado ao longo do tempo. Nesse processo, as fronteiras – outro conceito central em seu texto – internas e externas às comunidades foram continuamente se reconfigurando.

Os capítulos subsequentes do livro visam descrever esse processo de integração. São eles: “Navegações”, “Cidades-Estados”, “Hegemonias”, “O imperialismo romano”, “O Império” e “Antiguidade Tardia”. Sua narrativa

inicia-se no século X a.C., quando se daria uma reconexão do espaço mediterrânico após o fim dos sistemas palacianos micênicos. A difusão da produção do ferro, o uso da escrita alfabética e o recurso a barcos de grande tonelagem, aptos a singrarem o alto-mar, caracterizam essa etapa de integração, que marca ainda o começo de uma navegação mais ostensiva, de iniciativa privada, ligando comunidades e circulando mercadorias.

A partir do século VIII a.C. ocorre o surgimento e espraiamento de um tipo de comunidade mais definido: a cidade-Estado (pólis). Seu traço marcante foi a extensão do direito à propriedade privada para todos os habitantes, impondo fronteiras mais nítidas não só entre os membros das comunidades mas também frente aos estrangeiros. Esse fechamento das pólis significou uma outra etapa da integração mediterrânica, mais competitiva, levando as cidades a investirem na expansão de seus territórios precisamente para sanar conflitos internos causados pela desigual distribuição de riquezas. Entre os séculos V e II a.C. surgem, assim, grandes centros de poder no Mediterrâneo, cujos embates entre si mudam o ritmo e formas da integração.

A expansão persa inaugura um período de guerras endêmicas, do qual a Guerra do Peloponeso foi um exemplo. Essas guerras, embora causassem grande destruição, acabaram por promover o processo de integração, pois geravam alianças entre cidades e intensificavam o comércio e manufaturas. A especificidade de Roma nesse contexto, em comparação ao império de Atenas e às monarquias helenísticas, decorreu do fato de que manteve inalterada as estruturas das pólis, não submetendo-as a um império explorador, mas agregando-as numa vasta rede de alianças, inclusive com concessão da cidadania romana. A unificação da Itália e posterior expansão do poder de Roma para o Mediterrâneo ocidental e oriental instaurou um império mediterrânico que interferiu profundamente no processo de integração em curso. Por um lado, ocorreu um aumento expressivo da produção e comércio – e da escravidão –, mas, por outro, uma crise política e social no centro imperial, levando às guerras civis do final da República, que tiveram um impacto em todo o Mediterrâneo.

O Império surge assim como consequência dos séculos de integração anteriores e da consolidação das estruturas antecedentes. As cidades mantinham-se como sua base de sustentação, mas sem que isso significasse uma plena unificação da sociedade. A presença de um exército profissional como base de apoio do poder imperial e as tentativas de criação de uma identidade romana revelam que a unidade sempre foi instável, e por vezes contestada. Tampouco foi uma economia unificada, embora a criação de uma moeda imperial tenha aumentado a monetização das trocas em todo o Império. Mas não há como contestar, segundo o autor, que o Estado foi o maior agente econômico do Império.

Se até o século III o processo de integração do Mediterrâneo sob o Império Romano não sofreu retardos significativos (mesmo com a crise política desse período), o século IV é apresentado como um momento de mudança, com o estabelecimento de uma nova ordem: divisão do Império e maior peso dos militares e burocratas em sua administração, formação de uma identidade romana comum, cristianização da cultura e presença de populações não romanas no interior do Império. Apesar dessas condições, o autor frisa que esse quadro não significou um retorno a condições primitivas de vida, mas sim uma reorganização das interconexões e redes que moldavam a integração mediterrânea. Em suas palavras, “após o século V, deve-se começar a pensar a narrativa histórica a partir de outros ângulos, mais amplos que incluam o norte da Europa e Oriente na narrativa” (p. 171).

Como se pode ver, pelo arco de tempo que se propõe a cobrir de forma sintética, demonstrando o domínio de ampla bibliografia e fontes, o livro de Guarinello, com sua preocupação em nos levar a pensar os limites da História Antiga tradicional, merece um destaque especial. E isso pode ser dito também pelas perguntas que levanta.

Uma delas diz respeito à própria delimitação do “Mediterrâneo” como unidade de análise. Às vezes não ficam claros os limites e divisões desse espaço, como quando diz, por exemplo, que o centro do Mediterrâneo estendia-se entre a costa da Anatólia e a Península ibérica (p. 95); outras vezes tal centro parece

referir-se à Península Itálica. Mas talvez a questão principal refira-se àquelas regiões que ficam excluídas da análise. O livro começa e termina lembrando que não se pode relegar a um segundo plano o Oriente Próximo e a Europa Central (p. 75), ou o norte da Europa (p. 171), para se pensar a História no Mediterrâneo. Mas, com a exclusão, mesmo consciente, dessas áreas, não estaríamos reafirmando uma divisão entre Oriente e Ocidente, entre zonas litorâneas e interioranas, que caracteriza uma definição tradicional de Antiguidade como, por exemplo, defendida por Finley em *A economia antiga* (1973), cujo interesse era frisar a propriedade privada como elemento peculiar de um mundo greco-romano? Essa forma de propriedade, como uma das marcas definidoras da cidade-Estado, e posteriormente espreada pelo Império Romano, é um ponto central no livro de Guarinello. Mas é um pré-requisito para o processo de integração das comunidades através do Mediterrâneo e além dele? Como se integrariam nesse processo outras formas de propriedade que divergem desse padrão?

Outra questão remete à associação entre processos de integração e projetos de poder a partir de centros políticos específicos. No livro predomina a ideia de que apenas as grandes pólis estavam mais bem-adaptadas a resolver seus conflitos internos por meio do controle e exploração de territórios, o que seria um catalisador da integração. A hegemonia de Roma se destacou no cenário mediterrânico e permitiu, com seu império, uma unificação mais intensa do mar do que fora possível anteriormente. Há uma correlação, portanto, entre os séculos III a.C. e V d.C., entre um centro político – Roma –, e a integração mediterrânica, ou seja, uma associação entre o Império e o mar. Como pensar essa integração com a perda da centralidade política de Roma no século V d.C.? É sempre, ou predominantemente, o poder estatal – de uma cidade-Estado ou Império – que institui uma ordem, que realiza a integração? Ou a integração também pode prescindir de unidades políticas mais definidas, como sugere o capítulo sobre navegações em que se usa, de forma mais vaga, o termo “comunidades”? Como diferenciar na narrativa os diferentes níveis de indução do processo de integração mediterrânica?

Certamente são questões que o autor teve em mente ao redigir sua obra. Aponto-as aqui apenas como registro das impressões que me ficaram de sua leitura.

